

Trabalho livre de assédio: Câmara debate ratificação da Convenção 190 da OIT

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara dos Deputados, realizou na tarde dessa quinta-feira (15) um debate com movimentos sociais sobre a ratificação da Convenção 190 (C190), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), considerada o primeiro tratado mundial que reconhece o direito de as pessoas serem livres da violência e assédio no ambiente laboral, independentemente de categoria e status contratuais, cobrindo tanto setor público quanto privado, aprendizes e estagiários, nos locais físico ou virtual, rural ou urbano.

A C190 é adotada pela OIT desde 2019. Atualmente 30 dos 187 estados-membros da entidade ratificaram o documento, e o Brasil não está entre eles. Em 8 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Congresso o pedido para que o país ratifique a convenção, onde passou a tramitar igual a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Hoje, a C190 aguarda apreciação na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

“Quando começamos a lutar pela ratificação da C190 no Brasil, em 2019, não tínhamos abertura para discutir nos espaços públicos de poder, porque a misoginia e o ódio não permitiam esse diálogo. Então, estamos muito felizes de agora estar aqui na Câmara, em uma audiência sobre o assunto, após o presidente [da República, Lula] ter colocado o debate para o Congresso”, observou Neiva Ribeiro, vice-presidenta da Uni Américas Mulheres, sindicato global do setor de serviços, que organiza 20 milhões de trabalhadores de 150 países, da qual a Confede-

ração Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) é filiada.

Uma pesquisa realizada pela OIT, apresentada na audiência, revelou que 1 a cada 5 pessoas empregadas já sofreu algum tipo de violência ou assédio sexual no ambiente de trabalho, seja homem ou mulher. “Isso significa 743 milhões de pessoas no mundo inteiro”, destacou a Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Ministério da Mulher, Denise Motta Dau. “E nós sabemos que as mulheres são as principais vítimas do assédio sexual: 1 a cada 3 já declarou ter sofrido esse tipo de violência no mundo do trabalho”, completou.

O representante da OIT explicou que a Convenção 190 “apresenta um menu de políticas muito concretas, para construção de culturas corporativas e laborais que tornem inadmissível a violência e o assédio nas suas várias formas, inclusive os danos físicos, sexuais e econômicos”. O documento também sugere que os governos adotem leis e regulamentos de tolerância zero, assim como canais de denúncia e proteção às vítimas.

A secretária da Mulher da Contraf-CUT, Fernanda Lopes, que também acompanhou a audiência, destacou a importância do debate que aconteceu na Câmara. “A Convenção 190 é a primeira a fornecer uma definição internacional de violência e assédio no mundo do trabalho. Então, é de fundamental importância debates como este para que os parlamentares entendam o que ela representa e votem pela ratificação desse instrumento no Brasil”, pontuou.

Fonte: Contraf-CUT



Comissão aprova bolsa de pesquisa a servidores e empregados públicos

A Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, nesta semana, a proposta da Câmara dos Deputados que permite o acesso a bolsas de pesquisa de institutos federais a servidores efetivos e empregados públicos. O Projeto de Lei (PL) 5.649/2019 foi relatado pela senadora Teresa Leitão (PT-PE), que buscou incluir técnicos administrativos em educação. O texto segue agora para votação em plenário.

Segundo Teresa, é justa a oferta de bolsa de pesquisa ao cargo de técnico em virtude da natureza do trabalho desempenhado.

— Esse grupo de trabalhadores executa dentro das instituições atividades que incluem, muitas vezes, assessoria em projetos de ensino, pesquisa e extensão, motivo pelo qual realmente nos parece injusto que não estejam contemplados pelas bolsas — disse a senadora.

Além de bolsa de pesquisa, o texto possibilita a concessão de bolsas de desenvolvimento, inovação e intercâmbio. Ato do Ministério da Educação regulamentará as bolsas.

O projeto altera a Lei 11.892, de 2008, que criou os institutos federais de educação. Atualmente, a norma prevê o benefício apenas a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas.

Extra

ASSEMBLEIA REGIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2023 RETIFICAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca todos os associados em gozo dos seus direitos estatutários, para participarem das Assembleias Regionais conforme quadro abaixo, observando que a **Assembleia da Regional de São Luís** ocorrerá de forma híbrida através do Link <https://meet.google.com/oba-insx-nwg>, a fim de contemplar as seguintes Secretarias Regionais: **Barra do Corda, Chapadinha, Presidente Dutra, Balsas, Caxias, Codó e São João dos Patos**, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1 - Informes sobre CECUT/MA e CONCUT e 2 - Eleição de Delegados aos referidos Congressos.

Local	Dia	Hora
Secretaria Regional de Imperatriz Local: Auditório do Sindicato dos Arrumadores de Imperatriz Rua Sousa Lima, Nº 756 - Centro – Imperatriz/MA	13/06	08:00
Secretaria Regional de Pedreiras Local da Assembleia: Auditório Caxangá Rua João do Vale, Nº 1 - Centro – Pedreiras/MA	14/06	09:00
Secretaria Regional de Pindaré <u>Assembleia em Zé Doca</u> Local: Sala de Reunião do Hospital Municipal de Zé Doca Rua da Meteorologista, 465 - Vila Barroso - Zé Doca/MA	15/06	10:00
Secretaria Regional de Pindaré <u>Assembleia em Pindaré</u> Local: Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Rua do Trilho, S/Nº - Centro - Pindaré/MA	15/06	15:00
Secretaria Regional de Pinheiro Local da Assembleia: Auditório da Secretaria Regional Rua Joaquim Távora, 1265 - Centro - Pinheiro/MA	16/06	10:00
Regional de São Luís Local: Auditório do SINDSEP/MA Avenida Newton Bello, Nº 524 - Monte Castelo - São Luís/MA	21/06	14:00

São Luís - MA, em 07 de Junho de 2023.

João Carlos Lima Martins,
 Presidente

Marcha das Margaridas 2023

A marcha das margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina.

Doe e contribua com a edição de 2023:
 pela reconstrução do nosso país e pelo bem viver!